

# PREGÃO ELETRÔNICO 013/2026

## OBJETO

Aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal, visando ao fortalecimento da patrulha mecanizada e ao apoio aos pequenos e médios produtores rurais do Município de Araruama.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 136.200,80

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/06/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTA

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E PROTEÇÃO ANIMAL**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação **na modalidade PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

#### **1. PREÂMBULO:**

##### **1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**

##### **1.2 PROCESSO Nº 6159/2026**

##### **1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E PROTEÇÃO ANIMAL**

#### **2. DO OBJETO**

**2.1** O objeto da presente licitação é a aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal, visando ao fortalecimento da patrulha mecanizada e ao apoio aos pequenos e médios produtores rurais do Município de Araruama, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

**2.2** A licitação será dividida em **ITENS** seguindo a tabela constante no anexo III, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

**2.3** O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**3.1** A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

**Data da sessão: 01/06/2026**

**Horário: 10h00min**

**Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos**

**Local: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>**

**Critério de Julgamento: MENOR PREÇO**

**Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO**

**Modo de Disputa: ABERTO.**

#### **4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**4.1** As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal.

**4.2** Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**4.3** O valor estimado da contratação será de **R\$ 136.200,80 (cento e trinta e seis mil e duzentos reais e oitenta centavos)**.

## **5. DA RETIRADA DO EDITAL:**

**5.1** As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**5.2** As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

## **6. DOS ESCLARECIMENTOS:**

**6.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**6.2** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

**6.3** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**6.4** Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**6.4.1** Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

## **7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:**

### **7.1 DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

**7.1.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**7.1.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**7.1.4** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**7.1.5** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.1.6** O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

**7.1.7** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.1.7.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **7.2 Da condição de participação no Pregão:**

**7.2.1 Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

**7.2.2** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

**7.2.3** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.4** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.7** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

**7.2.8** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.9** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

**7.2.10** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.10.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.11** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.12** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.2.13 A participação é exclusiva para microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**

### **7.3 Não poderão participar desta licitação:**

**7.3.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

**7.3.2** Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**7.3.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**7.3.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**7.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.3.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**7.3.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**7.3.8** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**7.4** O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**7.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.7** O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.8** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.9** A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**8.2** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução da fase de habilitação, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da documentação exigida.

**8.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.4** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.6 e 7.5 deste Edital.

**8.5** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**8.5.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em



definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**8.5.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**8.5.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**8.5.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**8.7.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**8.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**8.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**8.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.12.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**8.12.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.13.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

**8.13.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**9.1** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.2** Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

**9.3** Marca/modelo.

**9.4** Fabricante.

**9.5** Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

**9.6** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

**9.7** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.8** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.9** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9.11** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos (Anexo III deste Edital) nas normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.



**9.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**9.13** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.14** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**9.15** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.16** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação (art. 90, §3º e art 155, VI).

**9.17** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**9.18** Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

**9.19** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**10.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**10.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**10.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

**10.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**10.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os itens 01 e 06, R\$ 100,00 (cem reais) para os itens 02, 03, 04, 05 e 07, R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para os itens 08 e 09 e R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os itens 10 e 11.**

**10.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**10.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**10.11** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**10.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.12.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**10.12.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**10.13.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**10.13.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.13.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.13.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.13.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.13.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.14** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.15** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.16** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.17** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.18** Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.20.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.20.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.20.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.20.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.21** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.21.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.21.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**10.21.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

**10.21.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

**10.21.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.21.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.21.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

**10.21.2.2** Empresas brasileiras.

**10.21.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**10.21.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.22** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.22.1** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo .

**10.22.2** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.22.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.22.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.22.5** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.6** Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.7** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**11.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

### **11.1.1** SICAF.

**11.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

**11.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**11.1.4** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ( [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ).

**11.1.5** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

**11.1.6** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> )

**11.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**11.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**11.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

**11.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**11.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.7.1** Contiver vícios insanáveis.

**11.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**11.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**11.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**11.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.8.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**11.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**11.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.9** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



**11.10.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**11.10.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**11.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**11.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.12.1** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**11.12.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**11.12.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**11.12.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

### **12.1 Habilitação jurídica:**

**12.1.1 No caso de empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**12.1.5 No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.1.6** Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

**12.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**12.1.8** CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

## **12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

**12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

**12.2.4** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

**12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**12.2.6** Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**12.2.8** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **12.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**12.3.1.1** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**12.3.1.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**12.3.2** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os**

**Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

**12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**12.3.3.1** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**III. Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:**

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

**12.3.4 Comprovação da boa situação financeira** da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

**Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.**

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

**12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

## **12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**12.4.1** Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, mediante:

- a) apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens semelhantes em características, quantidades e prazos;

- b)** o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que o licitante já executou fornecimento compatível com o objeto, sendo vedadas exigências excessivas que restrinjam a competitividade.

**12.4.2** Não será exigido quantitativo mínimo específico, nem comprovação de fornecimento idêntico, admitindo-se similaridade.

## **12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:**

### **12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV**

**12.6** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**12.7** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**12.8** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.9** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**12.10** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.11** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**12.12** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**12.13** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**12.14** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**12.15** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**12.15.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**12.15.1.1** Nos casos de declarações e documentos escaneados cuja assinatura não possua chancela para verificação em sítio eletrônico ou não atenda aos requisitos do Decreto Federal 10.543/2020, poderá o pregoeiro convocar a licitante para no prazo de 2 (dois) dias úteis apresentar documento original para autenticação por servidor da comissão de pregão eletrônico, sob pena de invalidação do documento.

**12.16** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.16.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**12.17** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.17.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**.

**12.18** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**12.19** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**12.19.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**12.19.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**12.19.3** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência Lei 14.133/21, art. 64.

**12.19.4** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**12.19.5** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.20** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.21** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.17.1.

**12.22** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja

proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**12.23** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno portesamente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**12.24** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**13.1** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**13.1.1** A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo II – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

**13.1.2** Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

**a)** Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

**b)** Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**c)** Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

**d)** Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

**e)** Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

**f)** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

**g)** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins depagamento.

**13.2** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**13.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**13.4** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**13.4.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**13.5** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



**13.5.1** Serão desclassificadas ainda as propostas que:

- a)** Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.
- b)** Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.
- c)** Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d)** Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e)** Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f)** Que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g)** A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

**13.6** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**13.7** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**13.8** O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

**13.9** Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

#### **14. DOS RECURSOS:**

**14.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**14.2** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.3** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.4** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

**14.4.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**14.4.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**14.4.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

**14.5** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual



poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.7** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.8** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.10** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.11** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**15.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**16.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO:**

**17.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**17.2** As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

**17.3** O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização,

obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**18.1** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

### **19.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**19.1.1** As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

### **19.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**19.2.1** As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

## **20. DO PAGAMENTO:**

**20.1** As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**20.2** O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**21.1** As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

**22.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**22.2** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

**22.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminhá-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

**22.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**22.5** A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**22.6** As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.6.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**23.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**23.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**23.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10** Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

**23.11** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo

permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**23.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:**

- 23.12.1** – ANEXO I – Termo de Referência;
- 23.12.2** – Anexo II – Modelo Proposta de Fornecimento;
- 23.12.3** – ANEXO III – Valor Estimado;
- 23.12.4** – ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;
- 23.12.5** – ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 23.12.6** – ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.

Araruama, 20 de maio de 2026.

**ANDRÉ LUIZ MONICA E SILVA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO,**  
**PESCA E PROTEÇÃO ANIMAL**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal**, visando ao fortalecimento da patrulha mecanizada e ao apoio aos pequenos e médios produtores rurais do Município de Araruama.

A contratação compreende o fornecimento de bens novos, de primeiro uso, com especificações técnicas compatíveis com as necessidades operacionais da Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Trata-se de fornecimento de bens comuns, considerando que os itens possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais de mercado, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

1.2 A definição do objeto encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, o qual demonstrou que a aquisição dos implementos agrícolas constitui a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, possibilitando maior autonomia operacional, eficiência na execução das atividades agrícolas e redução de custos no médio e longo prazo.

1.3 A contratação contempla a aquisição dos seguintes equipamentos e implementos agrícolas, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sulcador para Trator com 02 linhas. Referência Baldan/Cardioli ou similar	UND	2	R\$ 6.308,33	R\$ 12.616,66
2	Grade Niveladora Hidráulica para trator de 24 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	2	R\$ 16.130,00	R\$ 32.260,00
3	Arado Fixo Hidráulico de 03 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	1	R\$ 10.473,33	R\$ 10.473,33
4	Roçadeira Hidráulica Central para trator – 1800. Referência Maqtron/Baldan ou similar	UND	2	R\$ 15.949,00	R\$ 31.898,00
5	Carreta Agrícola com 01 eixo e rodado simples, em madeira e capacidade de 4 Toneladas. Referência Tadeu/Triton ou similar	UND	1	R\$ 13.734,37	R\$ 13.734,37

<b>6</b>	Distribuidor de Fertilizante 900 kg reservatório simples. Referência Maqtron ou similar	UND	1	R\$ 6.704,93	R\$ 6.704,93
<b>7</b>	Pulverizador Agrícola – 600 litros. Referência Pires/Tytan ou similar	UND	1	R\$ 14.161,66	R\$ 14.161,66
<b>8</b>	Bomba Submersa para Óleo Diesel e Água, 12V, mangueira trançada em PVC e bico manual. Referência Vilubri/Renovar ou similar	UND	2	R\$ 178,82	R\$ 357,64
<b>9</b>	Bomba Manual para Graxa 7Kg. Referência Bovenau ou similar	UND	6	R\$ 170,98	R\$ 1.025,88
<b>10</b>	Roçadeira Agrícola 2HP /40 Cilindradas. Referência Stihl ou similar	UND	4	R\$ 2.555,33	R\$ 10.221,32
<b>11</b>	Compressor de Ar Profissional 10 Pés/2HP. Referência Schulz ou similar	UND	1	R\$ 2.747,01	R\$ 2.747,01
				<b>R\$ 136.200,80</b>	

1.3.1 Para a presente contratação, não foram utilizados códigos de catálogo de materiais de sistemas federais, tendo em vista que o Município não utiliza catálogo padronizado vinculado ao sistema Compras do Governo Federal para esta contratação específica, não havendo obrigatoriedade de adoção, por não se tratar de transferência voluntária de recursos da União.

#### 1.4 Natureza do Objeto

Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, uma vez que:

- possuem especificações usuais de mercado;
- podem ser descritos de forma objetiva;
- não demandam solução técnica singular ou inovação tecnológica relevante;
- permitem a comparação direta entre propostas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 Justificativa da Necessidade da Contratação

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal, no desenvolvimento de ações voltadas ao apoio à produção rural, ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação da capacidade operacional da patrulha mecanizada do Município.

A necessidade da contratação decorre da insuficiência e/ou inadequação dos equipamentos atualmente disponíveis, os quais não atendem de forma satisfatória à crescente demanda dos produtores rurais,

comprometendo a eficiência das atividades agrícolas e a adequada prestação dos serviços públicos.

A ausência dos implementos e equipamentos agrícolas compromete diretamente:

- a) a preparação do solo para o plantio;
- b) a manutenção e conservação de áreas produtivas;
- c) a aplicação de insumos agrícolas;
- d) o apoio logístico à produção rural;
- e) a execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, a contratação mostra-se indispensável para garantir maior eficiência administrativa, melhoria na qualidade dos serviços prestados e fortalecimento da atividade agrícola no Município.

## 2.2 Fundamentação com base no ETP

A fundamentação da presente contratação encontra-se devidamente consolidada no Estudo Técnico Preliminar, o qual analisou o problema sob a perspectiva do interesse público, avaliou as alternativas disponíveis no mercado e concluiu pela viabilidade e adequação da aquisição dos equipamentos agrícolas como solução mais vantajosa.

O Estudo Técnico Preliminar demonstrou, ainda:

- a) o alinhamento da contratação com o planejamento institucional;
- b) a existência de demanda concreta e contínua;
- c) a viabilidade técnica e econômica da solução adotada;
- d) a compatibilidade da contratação com as necessidades da Administração;
- e) a adequação da solução escolhida frente às alternativas analisadas.

## 2.3 Dos Quantitativos

Os quantitativos definidos para a presente contratação foram estimados com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- a) a demanda atual dos produtores rurais atendidos pelo Município;
- b) a necessidade de ampliação e modernização da patrulha mecanizada;
- c) a capacidade operacional dos equipamentos;
- d) a frequência de utilização dos implementos nas atividades agrícolas;
- e) a distribuição geográfica das áreas atendidas.

A estimativa levou em consideração, ainda, a necessidade de garantir a continuidade dos serviços e evitar a ociosidade ou subdimensionamento dos recursos, buscando o equilíbrio entre economicidade e eficiência administrativa.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, os quantitativos propostos são compatíveis com a demanda existente e suficientes para o atendimento das necessidades da Administração.

## 2.4 Da Escolha da Solução



O Estudo Técnico Preliminar realizou o levantamento de mercado e a análise comparativa entre diferentes alternativas para atendimento da necessidade, incluindo:

- aquisição dos equipamentos;
- locação de equipamentos;
- contratação de serviços terceirizados.

Após análise técnica e econômica, concluiu-se que a aquisição dos equipamentos agrícolas representa a solução mais vantajosa para a Administração, considerando:

- a) maior autonomia operacional;
- b) redução de custos no médio e longo prazo;
- c) eliminação de despesas recorrentes com locação;
- d) maior disponibilidade dos equipamentos para atendimento das demandas;
- e) melhor planejamento das ações da Secretaria.

A solução adotada mostra-se, portanto, tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público, conforme conclusão expressa no Estudo Técnico Preliminar.

## 2.5 Síntese da Fundamentação

Diante do exposto, resta evidenciado que a contratação:

- a) atende a uma necessidade pública devidamente caracterizada;
- b) está alinhada ao planejamento institucional;
- c) possui quantitativos justificados tecnicamente;
- d) adota solução adequada e vantajosa;
- e) encontra-se devidamente respaldada no Estudo Técnico Preliminar.

Assim, conclui-se pela plena justificativa da presente contratação, recomendando-se seu prosseguimento.

## 3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

### 3.1 Modalidade de Licitação

A contratação será realizada por meio da modalidade **pregão**, na forma eletrônica, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se por:

- a) maior competitividade, com ampliação da participação de fornecedores;
- b) maior transparência do procedimento;
- c) celeridade na condução do certame;
- d) redução de custos operacionais;
- e) alinhamento às boas práticas de contratações públicas.

### 3.2 Critério de Julgamento

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**.

A escolha do critério por item justifica-se em razão de:

- a) possibilidade de adjudicação a diferentes fornecedores, ampliando a competitividade;
- b) natureza divisível do objeto, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar;
- c) independência técnica entre os itens;
- d) potencial obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

O critério adotado é compatível com a natureza do objeto e permite a seleção da proposta mais vantajosa de forma objetiva.

### 3.3 Modo de Disputa

O modo de disputa adotado será o **aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos.

Esse modo de disputa possibilita:

- a) maior dinamismo ao certame;
- b) estímulo à competição entre os licitantes;
- c) redução progressiva dos preços ofertados;
- d) transparência no processo de formação de preços.

### 3.4 Justificativa da Escolha dos Parâmetros

A combinação entre a modalidade pregão eletrônico, o critério de julgamento por menor preço por item e o modo de disputa aberto mostra-se a mais adequada para a presente contratação, considerando:

- a) a natureza comum dos bens a serem adquiridos;
- b) a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado;
- c) o baixo grau de complexidade técnica do objeto;
- d) a inexistência de necessidade de avaliação técnica qualitativa diferenciada;
- e) a possibilidade de competição efetiva entre os licitantes.

Essa combinação assegura:

- isonomia entre os participantes;
- seleção objetiva da proposta mais vantajosa;
- eficiência no procedimento licitatório;
- maximização da economicidade.

3.4.1 Conclui-se que os parâmetros definidos: modalidade pregão eletrônico, critério de menor preço por item e modo de disputa aberto são tecnicamente adequados, juridicamente compatíveis e suficientes para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e adequada para a Administração Pública.

## 4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

4.1 O presente item não se aplica à contratação em questão, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, não envolvendo solução de tecnologia da informação e comunicação.

## **5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC**

5.1 O presente item não se aplica à contratação em questão, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, não envolvendo a contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação.

## **6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A presente contratação será realizada de forma parcelada por itens, considerando a natureza divisível do objeto e a independência técnica entre os equipamentos e implementos agrícolas a serem adquiridos.

### **6.2 Justificativa Técnica**

O parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente viável, uma vez que:

- a) os itens possuem funcionalidades distintas e independentes;
- b) não há interdependência técnica entre os equipamentos;
- c) os bens podem ser fornecidos separadamente, sem prejuízo à execução do objeto;
- d) a utilização de um item não condiciona o funcionamento dos demais.

Dessa forma, a divisão por itens não compromete a padronização, a operacionalidade ou a eficiência da execução contratual.

### **6.3 Justificativa Econômica**

Sob o aspecto econômico, o parcelamento contribui para:

- a) ampliação da competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados itens;
- b) aumento da possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas;
- c) redução de custos decorrente da disputa individualizada por item;
- d) melhor aproveitamento das condições de mercado.

### **6.4 Impacto na Competitividade e Gestão Contratual**

O parcelamento adotado favorece:

- a) a ampliação do universo de licitantes;
- b) a mitigação de riscos, evitando a dependência de um único fornecedor;
- c) maior flexibilidade na gestão contratual;
- d) melhor controle da execução, por permitir acompanhamento individualizado dos itens.

Ressalta-se que eventual adjudicação a múltiplos fornecedores não compromete a gestão do contrato, sendo plenamente viável sob o ponto de vista administrativo.

6.5 Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento por itens:

- a) é tecnicamente viável;
- b) é economicamente vantajoso;
- c) amplia a competitividade;
- d) não compromete a execução do objeto;
- e) atende ao interesse público.

Assim, resta justificada a adoção do parcelamento da contratação.

## **7. DO CONSÓRCIO**

7.1 Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação.

7.1.1 A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão das características do objeto, considerando que:

- a) trata-se de aquisição de bens comuns, com baixa complexidade técnica;
- b) o objeto é amplamente disponível no mercado, com diversos fornecedores aptos à sua execução individual;
- c) não há necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou operacionais de múltiplas empresas;
- d) a formação de consórcio não agrega ganho de eficiência ou vantajosidade para a Administração;
- e) a execução contratual não demanda estrutura organizacional complexa.

7.2 A vedação ao consórcio contribui para:

- a) simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- b) definição clara de responsabilidade sobre a execução do objeto;
- c) maior agilidade na solução de eventuais inconsistências na execução;
- d) redução de riscos operacionais e administrativos.

7.3 A restrição não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que:

- a) o mercado dispõe de número suficiente de fornecedores aptos a participar individualmente;
- b) o objeto não exige qualificação técnica complexa ou diferenciada;
- c) a participação individual é plenamente viável e usual para este tipo de contratação.

7.4 Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas em consórcio é tecnicamente justificada, não restringe indevidamente a competitividade e contribui para a adequada execução e gestão contratual.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **8.1 Descrição Geral da Solução**

A solução consiste na **aquisição de implementos e equipamentos agrícolas**, novos, de primeiro uso, destinados à ampliação e modernização da patrulha mecanizada do Município de Araruama, com o objetivo de apoiar as atividades agrícolas desenvolvidas pelos produtores rurais.

A solução contempla o fornecimento integral dos bens, incluindo todos os componentes, acessórios e itens necessários ao seu pleno funcionamento, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

## 8.2 Características Técnicas e Funcionais

Os equipamentos e implementos a serem adquiridos deverão:

- a) atender às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência;
- b) ser compatíveis com tratores e equipamentos já utilizados pelo Município;
- c) possuir padrão de qualidade reconhecido no mercado;
- d) apresentar robustez e durabilidade adequadas ao uso contínuo em atividades agrícolas;
- e) permitir operação segura, eficiente e compatível com as condições de uso previstas.

As especificações foram definidas com base em padrões usuais de mercado, evitando exigências excessivas ou restritivas à competitividade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

## 8.3 Ciclo de Vida da Solução

A solução deve ser compreendida considerando todo o ciclo de vida dos bens, abrangendo:

### **a) Fornecimento e Entrega**

Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente montados (quando aplicável), acompanhados de manuais, certificados e demais documentos técnicos necessários.

### **b) Instalação e Disponibilização para Uso**

Quando aplicável, os equipamentos deverão ser disponibilizados em condições operacionais imediatas, aptos à utilização pela Administração, sem necessidade de adaptações adicionais relevantes.

### **c) Utilização Operacional**

Os equipamentos serão utilizados nas atividades de preparo do solo, manutenção de áreas agrícolas, aplicação de insumos e apoio logístico à produção rural, devendo suportar regime de uso compatível com a demanda do Município.

### **d) Manutenção**

Os bens deverão possuir condições adequadas de manutenção preventiva e corretiva, com disponibilidade de peças de reposição no mercado e assistência técnica compatível com sua natureza.

### **e) Vida Útil e Durabilidade**

Os equipamentos deverão apresentar vida útil compatível com sua finalidade, garantindo desempenho satisfatório ao longo do tempo, observadas as condições normais de uso e manutenção.

### **f) Destinação Final**

Ao término de sua vida útil, os bens deverão ter destinação adequada, podendo envolver reaproveitamento, alienação ou descarte ambientalmente correto, conforme normas aplicáveis.

## 8.4 Aspectos Operacionais

A solução adotada proporciona:

- a) maior autonomia operacional da Administração;
- b) redução da dependência de contratações externas;
- c) aumento da capacidade de atendimento aos produtores rurais;
- d) melhoria da eficiência na execução das atividades agrícolas;
- e) melhor planejamento e execução das políticas públicas voltadas ao setor rural.

#### 8.5 Sustentabilidade e Eficiência

Sempre que aplicável, os equipamentos deverão observar:

- a) eficiência no consumo de recursos;
- b) redução de desperdícios operacionais;
- c) durabilidade e menor necessidade de substituição;
- d) possibilidade de manutenção e reparo, evitando descarte prematuro.

#### 8.6 Adequação da Solução

Sempre que aplicável, os equipamentos deverão observar:

- a) atende integralmente à demanda identificada;
- b) é compatível com a estrutura existente;
- c) apresenta viabilidade técnica e econômica;
- d) está alinhada ao interesse público;
- e) foi definida com base em análise técnica realizada no Estudo Técnico Preliminar.

8.7 A solução proposta, consistente na aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, contemplando de forma integrada os aspectos técnicos, operacionais e de ciclo de vida dos bens.

A modelagem adotada assegura compatibilidade com a estrutura existente, viabilidade de execução e condições para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

### 9. DA EXECUÇÃO

#### 9.1 Modelo de Execução do Objeto

A execução do objeto ocorrerá por meio do **fornecimento integral dos bens**, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

Os equipamentos e implementos agrícolas deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios, componentes e documentos técnicos necessários ao seu pleno funcionamento.

#### 9.2 Prazo de Entrega

O prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir do recebimento da

ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente aceita pela Administração.

### 9.3 Local de Entrega

Os bens deverão ser entregues no local a ser indicado pela Secretaria requisitante, no âmbito do Município de Araruama, em horário previamente agendado com o setor responsável.

### 9.4 Condições de Entrega

A contratada deverá:

- a) realizar a entrega dos bens em conformidade com as especificações técnicas;
- b) arcar com todos os custos de transporte, carga, descarga e seguro;
- c) garantir que os produtos sejam entregues sem avarias;
- d) substituir, às suas expensas, quaisquer itens que apresentem defeitos ou desconformidades;
- e) fornecer manuais, certificados e demais documentos técnicos, quando aplicável.

### 9.5 Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos bens, mediante conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos produtos, sendo formalizado por servidor designado.

### 9.6 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após:

- a) verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas;
- b) inspeção das condições de funcionamento, quando aplicável;
- c) análise da documentação técnica apresentada.

Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada para realizar a substituição ou correção no prazo estabelecido pela Administração.

### 9.7 Critérios de Aceitação

Os bens somente serão considerados aceitos quando:

- a) atenderem integralmente às especificações técnicas;
- b) estiverem em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- c) forem entregues com todos os acessórios e componentes previstos;
- d) estiverem acompanhados da documentação exigida.

### 9.8 Inspeção e Verificação de Conformidade

A Administração poderá realizar inspeções e verificações técnicas para assegurar que os bens entregues atendem às condições estabelecidas, podendo:

- a) recusar itens em desacordo com as especificações;



- b) solicitar testes ou demonstrações, quando aplicável;
- c) exigir substituição de produtos que não atendam aos requisitos.

#### 9.9 Responsabilidade da Contratada

A contratada será responsável pela qualidade, integridade e conformidade dos bens fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos ou inadequações, ainda que constatados após o recebimento definitivo, observadas as condições de garantia.

### 10. DA GARANTIA

#### 10.1 Prazo da Garantia

Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, vícios ocultos e falhas de funcionamento.

Caso o fabricante ofereça prazo superior, este prevalecerá.

#### 10.2 Abrangência da Garantia

A garantia deverá abranger:

- a) substituição de peças defeituosas;
- b) reparos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- c) correção de falhas de fabricação ou montagem;
- d) mão de obra necessária para execução dos serviços.

Não poderão ser cobrados custos adicionais da Administração durante o período de garantia.

#### 10.3 Condições de Acionamento

A garantia será acionada mediante comunicação formal à contratada, por meio eletrônico ou outro canal indicado.

A contratada deverá:

- a) acusar o recebimento da solicitação em até 2 (dois) dias úteis;
- b) iniciar o atendimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- c) solucionar o problema em prazo razoável, compatível com a complexidade do defeito.

#### 10.4 Assistência Técnica

A contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica durante o período de garantia, podendo realizá-la:

- a) diretamente; ou
- b) por meio de rede autorizada.

A assistência técnica deverá possuir capacidade operacional para atendimento dentro de prazo razoável, garantindo a continuidade do uso dos equipamentos.

#### 10.5 Manutenção

Os equipamentos deverão permitir manutenção preventiva e corretiva, com disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional.

Sempre que necessário, a contratada deverá orientar a Administração quanto ao uso adequado e à manutenção básica dos equipamentos.

#### 10.6 Exclusões

A garantia não abrangerá danos decorrentes de:

- a) uso inadequado ou em desacordo com as instruções do fabricante;
- b) operação por pessoal não capacitado;
- c) acidentes ou causas externas alheias ao controle da contratada.

#### 10.7 Substituição de Itens

Na hipótese de defeitos não sanáveis ou de repetidas falhas, a contratada deverá substituir o item por outro novo, de mesmas características ou superior, sem ônus adicional para a Administração.

### 11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

#### 11.1 Definição dos Quantitativos

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base em critérios técnicos e operacionais, conforme detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar, que integra a fase de planejamento da contratação.

Os quantitativos encontram-se discriminados no item específico deste Termo de Referência, refletindo a necessidade real da Administração.

#### 11.2 Metodologia de Estimativa

A definição dos quantitativos considerou os seguintes elementos:

- a) demanda atual dos produtores rurais atendidos pelo Município;
- b) necessidade de ampliação da capacidade operacional da patrulha mecanizada;
- c) características das atividades agrícolas desenvolvidas;
- d) frequência de utilização dos equipamentos;
- e) capacidade operacional de cada implemento agrícola.

A estimativa buscou assegurar o adequado dimensionamento dos recursos, evitando tanto a insuficiência quanto a aquisição excessiva de bens.

#### 11.3 Justificativa Técnica

Os quantitativos propostos mostram-se compatíveis com as necessidades da Administração, permitindo:

- a) atendimento eficiente das demandas do setor agrícola;
- b) melhor distribuição dos equipamentos nas áreas atendidas;
- c) continuidade das atividades operacionais;
- d) otimização do uso dos recursos públicos.

A definição das quantidades está alinhada à solução escolhida e aos resultados pretendidos, conforme análise realizada no Estudo Técnico Preliminar.

#### 11.4 Adequação aos Princípios da Administração Pública

A estimativa das quantidades observa os princípios da economicidade e da eficiência, na medida em que:

- a) reflete a real necessidade administrativa;
- b) evita desperdícios e aquisições desnecessárias;
- c) assegura a adequada utilização dos recursos públicos;
- d) contribui para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

### 12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

#### 12.1 Metodologia da Estimativa de Preços

A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com base em ampla pesquisa de mercado, realizada pelo Departamento de Compras, conforme consignado na **Nota Técnica nº 335/2026**, observando os parâmetros estabelecidos na regulamentação municipal vigente.

A pesquisa considerou fontes idôneas e compatíveis com o objeto, assegurando que os valores estimados reflitam os preços praticados no mercado para bens de mesma natureza e características.

##### 12.1.1 Parâmetros Utilizados

A formação dos preços observou os critérios e parâmetros definidos no Decreto Municipal nº 010/2024, incluindo, quando aplicável:

- a) consultas a fornecedores do ramo;
- b) levantamento de preços praticados no mercado;
- c) análise de propostas comerciais;
- d) utilização de metodologia de consolidação adequada (média, mediana ou outro critério técnico justificado).

As memórias de cálculo e os documentos que dão suporte à estimativa de preços constam em anexo ao processo administrativo.

#### 12.2 Valores Estimados

Com base na pesquisa realizada, foram obtidos os valores estimados conforme tabela do **Item 1.3**:

12.2.1 Valor global estimado da contratação: **R\$ 136.200,80 (cento e trinta e seis mil, duzentos reais e oitenta centavos).**

#### 12.3 Justificativa da Adequação dos Preços

Os valores estimados mostram-se compatíveis com os praticados no mercado, considerando:

- a) as especificações técnicas dos itens;
- b) os quantitativos estimados;
- c) as condições de fornecimento;

d) a realidade do mercado fornecedor.

A pesquisa realizada assegura a viabilidade econômica da contratação e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### 12.4 Publicidade do Orçamento

Não será adotado orçamento sigiloso para a presente contratação.

Os valores estimados serão divulgados no Termo de Referência e no instrumento convocatório, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

### 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 13.1 Previsão Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- **Programa de Trabalho:** 20.606.0031.2.082.000 – Apoio ao Pequeno Agricultor
- **Natureza da Despesa:** 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo
- **Fonte de Recursos:** 1704
- **Ficha:** 241

#### 13.2 Adequação Orçamentária

A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário do Município, havendo previsão de recursos suficientes para fazer face às despesas decorrentes da aquisição pretendida.

#### 13.3 Observância das Normas Orçamentárias

A execução da despesa observará as normas de direito financeiro aplicáveis, ficando condicionada à emissão da respectiva nota de empenho e à disponibilidade financeira, nos termos da legislação vigente.

### 14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

#### 14.1 Análise da Aplicabilidade

Foi analisada a possibilidade de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente quanto à realização de licitação exclusiva ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte.

#### 14.2 Justificativa para Não Aplicação

No caso da presente contratação, **opta-se pela não adoção de exclusividade ou reserva de cota**, considerando que:

- a) o objeto envolve fornecimento de implementos e equipamentos agrícolas com características específicas e técnicas;
- b) o mercado fornecedor é relativamente restrito, sendo composto, em sua maioria, por empresas de médio e grande porte;
- c) a limitação da participação poderia comprometer a competitividade do certame;
- d) há risco de ocorrência de licitação deserta ou fracassada;

e) a medida poderia prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### 14.3 Avaliação da Competitividade

A ampliação da competitividade, com a participação de empresas de todos os portes, mostra-se mais adequada ao caso concreto, garantindo:

- a) maior número de propostas;
- b) melhores condições comerciais;
- c) maior eficiência no resultado da licitação.

#### 14.4 Tratamento Favorecido

Ressalta-se que serão assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte todos os demais benefícios previstos na legislação aplicável, especialmente quanto:

- a) ao tratamento diferenciado na fase de habilitação;
- b) ao direito de preferência em caso de empate;
- c) à regularização fiscal tardia, quando aplicável.

14.5 A não aplicação de exclusividade ou reserva de cota, no presente caso, mostra-se tecnicamente justificada e compatível com o interesse público, não configurando restrição indevida, mas medida necessária à preservação da competitividade e da eficiência da contratação.

### 15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

#### 15.1 Prazo de Validade da Proposta

O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

#### 15.2 Forma de Apresentação

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, contendo:

- a) descrição clara e detalhada do objeto ofertado;
- b) indicação do valor unitário e total por item;
- c) inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto;
- d) observância integral das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 15.3 Condições de Preço

Os preços apresentados deverão:

- a) ser expressos em moeda corrente nacional;
- b) considerar todos os encargos, tributos, fretes, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto;
- c) ser fixos e irrevogáveis durante a validade da proposta, ressalvadas as hipóteses legais.

#### 15.4 Critérios de Aceitabilidade

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às especificações técnicas exigidas;
- b) apresentarem preços inexequíveis ou manifestamente excessivos;
- c) contiverem vícios, inconsistências ou omissões que comprometam sua análise;
- d) não estiverem em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 15.5 Julgamento das Propostas

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **menor preço por item**, conforme definido neste Termo de Referência.

#### 15.6 Observações

Não se aplica à presente contratação a adoção de critérios de julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, em razão da natureza do objeto, que permite avaliação objetiva com base em especificações usuais de mercado.

### 16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

#### 16.1 Aplicabilidade

Não será exigida a apresentação de amostra, a realização de exame de conformidade ou de prova de conceito na presente contratação.

#### 16.2 Justificativa da Não Exigência

A não exigência justifica-se em razão das características do objeto, considerando que:

- a) trata-se de bens comuns, com especificações técnicas padronizadas e amplamente disponíveis no mercado;
- b) a avaliação da conformidade dos produtos pode ser realizada por meio da análise das especificações técnicas, catálogos, manuais e documentação apresentada pelos licitantes;
- c) a exigência de amostra poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em razão do porte e natureza dos equipamentos;
- d) a verificação da adequação dos bens será realizada no momento da entrega, por meio do recebimento provisório e definitivo.

#### 16.3 Forma de Verificação da Conformidade

A conformidade dos bens será aferida durante a execução contratual, especialmente por ocasião:

- a) da análise da proposta e documentação técnica apresentada;
- b) do recebimento provisório;
- c) do recebimento definitivo, mediante verificação das especificações e condições de funcionamento.

#### 16.4 Garantia da Qualidade

- a) das especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
- b) das condições de garantia exigidas;

- c) dos procedimentos de fiscalização e recebimento;
- d) da possibilidade de recusa e substituição de itens em desconformidade.

## **17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO**

### **17.1 Disposições Gerais**

Os requisitos de habilitação deverão se limitar ao estritamente necessário para assegurar que o licitante possui capacidade jurídica, técnica e econômico-financeira para o cumprimento do objeto, observando-se a proporcionalidade em relação à natureza da contratação.

### **17.2 Qualificação Técnica**

Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, mediante:

- a) apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens semelhantes em características, quantidades e prazos;
- b) o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que o licitante já executou fornecimento compatível com o objeto, sendo vedadas exigências excessivas que restrinjam a competitividade.

Não será exigido quantitativo mínimo específico, nem comprovação de fornecimento idêntico, admitindo-se similaridade.

### **17.3 Qualificação Econômico-Financeira**

A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio de:

- a) apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) demais documentos previstos na legislação aplicável, quando exigidos no instrumento convocatório.

Não serão exigidos índices financeiros ou capital social mínimo, por não se mostrarem necessários diante da natureza e do baixo risco da contratação.

### **17.4 Vedação de Exigências Restritivas**

As exigências de habilitação foram definidas de modo a:

- a) evitar restrições indevidas à competitividade;
- b) permitir a ampla participação de fornecedores;
- c) assegurar a seleção da proposta mais vantajosa;
- d) manter a proporcionalidade com a complexidade do objeto.

### **17.5 Vistoria Técnica**

Não será exigida vistoria técnica prévia, tendo em vista que:

- a) o objeto consiste no fornecimento de bens comuns;



- b) não há necessidade de conhecimento prévio de instalações ou condições específicas;
- c) a exigência seria desnecessária e potencialmente restritiva à competitividade.

17.6 Os requisitos estabelecidos mostram-se suficientes para garantir a adequada execução do objeto, sem impor exigências excessivas ou desnecessárias aos licitantes.

## **18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **18.1 Disposições Gerais**

Os requisitos da presente contratação foram definidos de forma a atender à necessidade pública identificada, observando-se a proporcionalidade em relação à natureza do objeto e evitando exigências excessivas ou restritivas à competitividade.

### **18.2 Requisitos Técnicos**

Os bens a serem fornecidos deverão:

- a) ser novos, de primeiro uso, vedado o fornecimento de equipamentos reconicionados ou usados;
- b) atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) possuir padrão de qualidade compatível com os praticados no mercado;
- d) ser entregues em perfeitas condições de funcionamento;
- e) ser compatíveis com os equipamentos e a estrutura operacional do Município.

### **18.3 Requisitos Operacionais**

A execução contratual deverá observar:

- a) cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega;
- b) fornecimento completo, incluindo todos os acessórios necessários;
- c) entrega em condições adequadas de transporte e armazenamento;
- d) substituição de itens em caso de desconformidade;
- e) observância das orientações da Administração quanto ao local e horário de entrega.

### **18.4 Requisitos Administrativos**

A contratada deverá:

- a) manter regularidade fiscal, trabalhista e jurídica durante toda a execução contratual;
- b) atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
- c) prestar informações e esclarecimentos quando solicitados;
- d) cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

### **18.5 Requisitos Legais**

A execução do objeto deverá observar:

- a) a legislação aplicável às contratações públicas;

- b) as normas técnicas pertinentes ao tipo de equipamento;
- c) as regras de segurança aplicáveis à utilização dos bens;
- d) demais normas regulamentares incidentes sobre o objeto.

#### 18.6 Transição Contratual

Não se aplica à presente contratação a necessidade de transição contratual, tendo em vista que se trata de aquisição de bens, sem continuidade de prestação de serviços ou substituição de fornecedor em execução.

#### 18.7 Adequação dos Requisitos

Os requisitos estabelecidos são suficientes para assegurar a adequada execução do objeto, estando diretamente relacionados à natureza da contratação e compatíveis com o nível de complexidade envolvido.

### 19. DO CONTRATO

#### 19.1 Formalização do Contrato

A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme previsto no instrumento convocatório.

O adjudicatário será convocado para assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

#### 19.2 Vigência do Contrato

O contrato terá vigência pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir de sua assinatura, período suficiente para o cumprimento integral das obrigações contratuais.

A vigência está vinculada à entrega dos bens e ao recebimento definitivo do objeto.

#### 19.3 Prorrogação

Não se aplica a prorrogação contratual, tendo em vista que se trata de contratação para fornecimento de bens com execução imediata e prazo determinado.

#### 19.4 Reajuste de Preços

Não haverá previsão de reajuste de preços, em razão de:

- a) tratar-se de contratação com prazo de execução reduzido;
- b) inexistência de prestação continuada;
- c) entrega integral dos bens em prazo determinado.

#### 19.5 Equilíbrio Econômico-Financeiro

Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável, podendo ser revisto em situações excepcionais devidamente comprovadas.

#### 19.6 Condições Gerais

A execução contratual deverá observar todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta vencedora, garantindo o fiel cumprimento das obrigações

assumidas.

## **20. DA GARANTIA CONTRATUAL**

### **20.1 Não Exigência de Garantia**

Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

### **20.2 Justificativa**

A não exigência de garantia contratual justifica-se em razão de:

- a) tratar-se de fornecimento de bens comuns, com baixa complexidade;
- b) execução contratual de curto prazo;
- c) baixo risco de inadimplemento;
- d) existência de garantia do próprio produto, suficiente para resguardar a Administração;
- e) possibilidade de aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

20.3 A dispensa da garantia contratual não compromete a segurança da contratação, mostrando-se medida proporcional e adequada à natureza do objeto, além de contribuir para a ampliação da competitividade do certame.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

21.1 Compete à contratante adotar as medidas necessárias à adequada execução do contrato, assegurando condições para o cumprimento do objeto e para o acompanhamento de sua execução.

### **21.2 Obrigações Específicas**

Constituem obrigações da contratante:

- a) emitir a ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, com as informações necessárias à execução do objeto;
- b) disponibilizar local adequado para entrega dos bens, bem como indicar previamente o endereço e horário para recebimento;
- c) designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- d) realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência;
- e) verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas exigidas;
- f) comunicar à contratada eventuais irregularidades constatadas na execução do objeto;
- g) efetuar o pagamento devido, nas condições e prazos estabelecidos;
- h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, quando necessários à execução do objeto;
- i) adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais.

21.3 As obrigações estabelecidas são compatíveis com a natureza da contratação e suficientes para assegurar a adequada execução do objeto, a fiscalização contratual e o alcance dos resultados pretendidos.

## **22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

22.1 A contratada deverá executar o objeto em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e em sua proposta, responsabilizando-se pela qualidade, regularidade e adequação dos bens fornecidos.

### **22.2 Obrigações Específicas**

Constituem obrigações da contratada:

- a) fornecer os bens conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) entregar os produtos no prazo estipulado, no local indicado pela Administração;
- c) arcar com todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas;
- d) garantir que os bens sejam novos, de primeiro uso, e estejam em perfeitas condições de funcionamento;
- e) substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidades;
- f) fornecer manuais, certificados e demais documentos técnicos, quando aplicável;
- g) prestar assistência durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) manter comunicação com a Administração, prestando os esclarecimentos necessários à execução do objeto;
- i) cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

22.3 A contratada será integralmente responsável pela execução do objeto, não sendo admitida a transferência de responsabilidade, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência.

22.4 As obrigações estabelecidas são suficientes para assegurar o fiel cumprimento do contrato, estando compatíveis com a natureza da contratação e com os resultados pretendidos pela Administração.

## **23. DA SUBCONTRATAÇÃO**

23.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

### **23.2 Justificativa**

A vedação à subcontratação justifica-se em razão de:

- a) tratar-se de fornecimento de bens, cuja execução é direta e não envolve etapas complexas ou especializadas;

- b) necessidade de responsabilidade integral da contratada pela entrega dos bens;
- c) facilidade de gestão e fiscalização contratual, com interlocução direta com um único fornecedor;
- d) inexistência de vantagem técnica ou econômica na subcontratação;
- e) mitigação de riscos relacionados à qualidade e à conformidade dos produtos fornecidos.

23.3 A vedação não compromete a competitividade do certame, considerando que o objeto pode ser plenamente executado por fornecedores individuais, sendo medida proporcional e adequada à natureza da contratação.

## **24. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

24.1 O presente item não se aplica à contratação em questão.

### **24.1.1 Justificativa**

A presente contratação refere-se à aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, não envolvendo:

- a) desenvolvimento de obras intelectuais, sistemas ou produtos protegidos por direitos autorais;
- b) transferência ou cessão de propriedade intelectual;
- c) acesso, tratamento ou armazenamento de dados pessoais, sigilosos ou sensíveis;
- d) utilização de sistemas de informação ou soluções tecnológicas que demandem requisitos de segurança da informação.

## **25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **25.1 Modelo de Gestão e Fiscalização**

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, em conformidade com o Guia de Orientação aos Gestores e Fiscais de Contrato do Município, bem como com as normas aplicáveis.

### **25.2 Designação dos Agentes**

Serão designados:

- a) **Gestor do contrato**, responsável pelo acompanhamento geral da execução e pela adoção das medidas administrativas necessárias;
- b) **Fiscal do contrato**, responsável pelo acompanhamento direto da execução, especialmente quanto à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

A designação formal dos agentes será realizada através de Portaria, solicitada pela Secretaria de Agricultura.

### **25.3 Atribuições Gerais**

Compete aos agentes designados:

- a) acompanhar a execução do contrato;
- b) verificar o cumprimento das condições estabelecidas;
- c) registrar ocorrências relevantes;

- d) comunicar eventuais irregularidades;
- e) adotar medidas para correção de falhas identificadas.

#### 25.4 Pontos Críticos de Controle

Considerando a natureza do objeto, deverão ser observados, especialmente, os seguintes pontos de controle:

- a) verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas;
- b) conferência dos quantitativos entregues;
- c) análise das condições de funcionamento dos equipamentos;
- d) verificação da entrega de acessórios, manuais e documentos técnicos;
- e) controle dos prazos de entrega;
- f) acompanhamento do atendimento às condições de garantia.

25.5 Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser devidamente registradas, possibilitando o acompanhamento histórico e a adoção de providências quando necessário.

25.6 O modelo de gestão e fiscalização adotado é compatível com a natureza da contratação, sendo suficiente para assegurar o controle da execução, a conformidade do objeto e o atendimento ao interesse público.

### 26. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### 26.1 Critérios de Medição

A medição da execução do objeto será realizada com base no fornecimento efetivo dos bens, conforme os quantitativos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência.

A comprovação da execução ocorrerá por meio de:

- a) entrega dos bens no local indicado;
- b) conferência quantitativa e qualitativa;
- c) emissão de documento comprobatório do recebimento provisório e definitivo.

#### 26.2 Condição para Pagamento

O pagamento ficará condicionado ao:

- a) recebimento definitivo dos bens;
- b) atesto da nota fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato;
- c) comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigido.

#### 26.3 Prazo para Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

#### 26.4 Forma de Pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em favor da contratada, em conta por ela indicada.

#### 26.5 Hipóteses de Glosa

Poderão ocorrer glosas nos valores a serem pagos nos seguintes casos:

- a) entrega de bens em desacordo com as especificações;
- b) fornecimento incompleto dos itens contratados;
- c) descumprimento de prazos;
- d) outras irregularidades constatadas na execução.

26.6 Os critérios estabelecidos asseguram a correspondência entre o fornecimento dos bens e a contraprestação devida, garantindo transparência, controle e regularidade na execução contratual.

### 27. DAS SANÇÕES

#### 27.1 Disposições Gerais

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará à aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

#### 27.2 Penalidades Aplicáveis

Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade, nos casos previstos em lei.

#### 27.3 Multas

As multas serão aplicadas conforme a natureza da infração, observados os seguintes parâmetros:

- a) multa por atraso na entrega: até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% (dez por cento);
- b) multa por inexecução parcial: até 10% (dez por cento) sobre o valor do item não executado ou executado em desconformidade;
- c) multa por inexecução total: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

#### 27.4 Aplicação das Sanções

As sanções serão aplicadas conforme a gravidade da infração, podendo ser cumulativas, quando cabível, considerando:

- a) a natureza e a extensão da irregularidade;
- b) os prejuízos causados à Administração;
- c) a reincidência da contratada;



d) a conduta do contratado durante a execução contratual.

27.5 As sanções previstas são proporcionais à natureza da contratação e suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, contribuindo para a regular execução do contrato.

## **28. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO**

28.1 Além das condições já estabelecidas neste Termo de Referência, deverão ser observadas as disposições complementares a seguir, necessárias à adequada execução do objeto.

- a) os bens fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e, quando pertinente, possuir certificações exigidas pelos órgãos competentes;
- b) será vedado o fornecimento de bens que não estejam em linha de produção, salvo se comprovada a equivalência técnica e a disponibilidade de peças de reposição;
- c) os equipamentos deverão ser entregues devidamente identificados, quando aplicável, com marca, modelo e demais informações necessárias à sua rastreabilidade;
- d) a contratada deverá garantir a disponibilidade de peças de reposição no mercado por período razoável, compatível com a vida útil dos equipamentos;
- e) eventuais manuais e documentos técnicos deverão ser fornecidos em língua portuguesa, quando aplicável;
- f) a contratada deverá observar boas práticas de acondicionamento, transporte e entrega, de modo a preservar a integridade dos bens.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1 O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação, devendo ser interpretado em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos, que compõem o processo administrativo.

29.2 As disposições deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de forma sistemática, observando-se a legislação aplicável, os princípios que regem a Administração Pública e o interesse público envolvido na contratação.

29.3 Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência e as do instrumento convocatório ou do contrato, prevalecerão aquelas estabelecidas no edital e no contrato, respeitada a hierarquia normativa e a legislação vigente.

29.4 A Administração poderá promover ajustes formais neste Termo de Referência, desde que não alterem a essência do objeto, com a finalidade de adequação a exigências legais, técnicas ou administrativas.

29.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação aplicável e dos princípios que regem as contratações públicas.

29.6 Fica eleito o foro da Comarca de Araruama/RJ para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução da contratação, quando não solucionadas na esfera administrativa.

Araruama, 10 de abril de 2026

**Victor Emmanuel Barreto de Oliveira**  
Responsável por elaborar o Termo de Referência

Autorizado por:

**Melina Antunes da Silva**  
Superintendente de Fase Preparatória

**André Luiz Monica e Silva**  
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**PROCESSO: xxxx/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2026**

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** \_\_\_\_\_. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, xx (xxxxxx) xxxxxx, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sulcador para Trator com 02 linhas. Referência Baldan/Cardioli ou similar	UND	2		
2	Grade Niveladora Hidráulica para trator de 24 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	2		
3	Arado Fixo Hidráulico de 03 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	1		
4	Roçadeira Hidráulica Central para trator – 1800. Referência Maqtron/Baldan ou similar	UND	2		
5	Carreta Agrícola com 01 eixo e rodado simples, em madeira e capacidade de 4 Toneladas. Referência Tadeu/Triton ou similar	UND	1		
6	Distribuidor de Fertilizante 900 kg reservatório simples. Referência Maqtron ou similar	UND	1		
7	Pulverizador Agrícola – 600 litros. Referência Pires/Tytan ou similar	UND	1		

<b>8</b>	Bomba Submersa para Óleo Diesel e Água, 12V, mangueira trançada em PVC e bico manual. Referência Vilubri/Renovar ou similar	UND	2		
<b>9</b>	Bomba Manual para Graxa 7Kg. Referência Bovenau ou similar	UND	6		
<b>10</b>	Roçadeira Agrícola 2HP /40 Cilindradas. Referência Stihl ou similar	UND	4		
<b>11</b>	Compressor de Ar Profissional 10 Pés/2HP. Referência Schulz ou similar	UND	1		
<b>VALOR TOTAL</b>					

Valor total da proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

**ANEXO III**

**VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Sulcador para Trator com 02 linhas. Referência Baldan/Cardioli ou similar	UND	2	R\$ 6.308,33	R\$ 12.616,66
2	Grade Niveladora Hidráulica para trator de 24 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	2	R\$ 16.130,00	R\$ 32.260,00
3	Arado Fixo Hidráulico de 03 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	1	R\$ 10.473,33	R\$ 10.473,33
4	Roçadeira Hidráulica Central para trator – 1800. Referência Maqtron/Baldan ou similar	UND	2	R\$ 15.949,00	R\$ 31.898,00
5	Carreta Agrícola com 01 eixo e rodado simples, em madeira e capacidade de 4 Toneladas. Referência Tadeu/Triton ou similar	UND	1	R\$ 13.734,37	R\$ 13.734,37
6	Distribuidor de Fertilizante 900 kg reservatório simples. Referência Maqtron ou similar	UND	1	R\$ 6.704,93	R\$ 6.704,93
7	Pulverizador Agrícola – 600 litros. Referência Pires/Tytan ou similar	UND	1	R\$ 14.161,66	R\$ 14.161,66
8	Bomba Submersa para Óleo Diesel e Água, 12V, mangueira trançada em PVC e bico manual. Referência Vilubri/Renovar ou similar	UND	2	R\$ 178,82	R\$ 357,64
9	Bomba Manual para Graxa 7Kg. Referência Bovenau ou similar	UND	6	R\$ 170,98	R\$ 1.025,88
10	Roçadeira Agrícola 2HP /40 Cilindradas. Referência Stihl ou similar	UND	4	R\$ 2.555,33	R\$ 10.221,32
11	Compressor de Ar Profissional 10 Pés/2HP. Referência Schulz ou similar	UND	1	R\$ 2.747,01	R\$ 2.747,01
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO</b>				<b>R\$ 136.200,80</b>	

**ANEXO IV**

**MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Pregão Eletrônico nº: XXXX/2025**

**Processo Administrativo nº: XXXX/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, que tem por objeto \_\_\_\_\_, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de ( ) Microempresa, ( ) Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

**Local, Dia/Mês/Ano**

---

**Assinatura do Representante legal  
RG e CPF**



**ANEXO V**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**(MODELO)**

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

---

(contador)

**OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO Nº ...../...., DE CONTRATAÇÃO DE ...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE**

**..... E .....**

**MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome e função), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo n.º \_\_\_\_\_, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente *Edital* nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sulcador para Trator com 02 linhas. Referência Baldan/Cardioli ou similar	UND	2		
2	Grade Niveladora Hidráulica para trator de 24 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	2		
3	Arado Fixo Hidráulico de 03 Discos. Referência Baldan/Tatu ou similar	UND	1		
4	Roçadeira Hidráulica Central para trator – 1800. Referência Maqtron/Baldan ou similar	UND	2		
5	Carreta Agrícola com 01 eixo e rodado simples, em madeira e capacidade de 4 Toneladas. Referência Tadeu/Triton ou	UND	1		

	similar				
<b>6</b>	Distribuidor de Fertilizante 900 kg reservatório simples. Referência Maqtron ou similar	UND	1		
<b>7</b>	Pulverizador Agrícola – 600 litros. Referência Pires/Tytan ou similar	UND	1		
<b>8</b>	Bomba Submersa para Óleo Diesel e Água, 12V, mangueira trançada em PVC e bico manual. Referência Vilubri/Renovar ou similar	UND	2		
<b>9</b>	Bomba Manual para Graxa 7Kg. Referência Bovenau ou similar	UND	6		
<b>10</b>	Roçadeira Agrícola 2HP /40 Cilindradas. Referência Stihl ou similar	UND	4		
<b>11</b>	Compressor de Ar Profissional 10 Pés/2HP. Referência Schulz ou similar	UND	1		
<b>VALOR TOTAL</b>					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário do orçamento estimado de acordo com XXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as

condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor da contratação é de R\$ ..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de \_\_\_\_\_, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133/2021](#), e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.



### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-